



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE PERÍCIAS EM MEIO AMBIENTE – SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.022704/2021-21

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO
(COMPRAS)

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º.....)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais de consumo para o Laboratório de Análise Animal e o Laboratório de Imagenologia do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	MATERIAL	CATMAT	Quant.	Valor Total (R\$)	Valor Máximo Aceitável Unidade (R\$)	Categoria de Material
1	Aspirador de pó portátil	383254	2	R\$681,63	R\$340,82	Permanente
2	Balança suspensa tipo relógio	150306	1	R\$5.280,00	R\$5.280,00	Permanente
3	Lanterna portátil UV	384305	1	R\$179,55	R\$179,50	Consumo
4	Freezer ultra baixa temperatura	386592	1	R\$36.070,00	R\$36.070,00	Permanente
5	Protetor facial	456249	20	R\$393,90	R\$19,70	Consumo
6	Desinfetante à base de peróxido de hidrogênio	410279	20	R\$1.428,13	R\$71,41	Consumo
7	Detergente hospitalar	226694	50	R\$1.000,00	R\$20,00	Consumo
8	Caixa para armazenamento de ossos	150781	50	R\$2.500,00	R\$50,00	Consumo
9	Tubo para coleta de amostra biológica EDTA 4 ml	372340	200	R\$140,00	R\$0,70	Consumo
10	Tubo para coleta de amostra biológica 10 ml	417070	200	R\$134,00	R\$0,67	Consumo
11	Esponja de limpeza	419326	100	R\$56,00	R\$0,56	Consumo

12	Embalagem para esterilização	442388	1	R\$169,44	R\$169,44	Consumo
13	Etiqueta autoadesiva feita de papel alcalino	287715	3	R\$66,36	R\$22,12	Consumo
14	Lixeira cilíndrica de aço inox	93904	4	R\$604,39	R\$151,10	Consumo
15	Afiador de facas	57797	2	R\$186,34	R\$93,17	Consumo
16	Faca com lâmina em aço inoxidável	28568	2	R\$115,67	R\$57,84	Consumo
17	Kit instrumental com 32 itens	150364	2	R\$2.382,86	R\$1.191,43	Consumo
18	Saco plástico para coleta de amostras	444821	20	R\$257,20	R\$12,86	Consumo
19	Agulha descartável (13 X 4,5) com cânula de aço inoxidável	397513	10	R\$129,47	R\$12,95	Consumo
20	Saco plástico lixo capacidade 200 L	315247	8	R\$299,34	R\$37,42	Consumo
21	Barbante 8 fios	206995	4	R\$20,79	R\$5,20	Consumo
22	Tricotomizador de uso animal	150364	2	R\$3.420,00	R\$1.710,00	Consumo
23	Compressa de gaze	269971	30	R\$1.211,50	R\$40,38	Consumo
24	Porta-agulha MayoHegar 20 cm em aço inox	471155	4	R\$205,72	R\$51,43	Consumo
25	Machadinha de aço inox com cabo em aço revestido de borracha	218941	2	R\$228,46	R\$114,23	Consumo
26	Concha em aço inox pequena, aproximadamente 50 ml	150696	2	R\$22,97	R\$11,49	Consumo
27	Contraste iodado para TC	305236	20	R\$1.002,67	R\$50,13	Consumo
28	Contraste de bário para TC	448848	20	R\$308,60	R\$15,43	Consumo
29	Sonda uretral n. 4	439069	30	R\$18,00	R\$0,60	Consumo
30	Sonda uretral n. 6	437437	30	R\$21,00	R\$0,70	Consumo
31	Sonda uretral n. 10	438412	30	R\$18,00	R\$0,60	Consumo
32	Sonda uretral n. 14	438410	30	R\$16,73	R\$0,56	Consumo
33	Polietilenoglicol	434376	5	R\$426,48	R\$85,30	Consumo
34	Scanner intra oral	150513	1	R\$99.900,0	R\$99.900,00	Permanente
	TOTAL			R\$ 158.895,19		

1.2. Nos termos do art. 47 e inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 (atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.3. Assim, à exceção do item 34, os demais itens serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.4. O item 34, entretanto, não possui divisibilidade para separação de parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) a ser destinados exclusivamente a ME/EPP/COOP, beneficiadas pela LC n. 123/2006.

Este item, portanto, não pode ser enquadrado em reserva de cotas.

1.5. Na hipótese de não haver vencedor para os itens de contratação destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, os itens poderão ser destinados a empresas que não se enquadrem nestas definições.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data de assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a necessidade da presente aquisição, por se tratarem de equipamentos fundamentais para o funcionamento do Laboratório de Análise Animal e do Laboratório de Imagenologia.

2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.3. A DITEC, por meio do Instituto Nacional de Criminalística - INC, desenvolve suas atribuições atendendo às requisições de perícias provenientes de inquéritos policiais e processos penais. O INC possui instalações modernas, laboratórios certificados internacionalmente e atua também como Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses. Desse modo, a DITEC realiza, além dos exames periciais, ações de capacitação, pesquisa aplicada e desenvolvimento de tecnologias e métodos específicos para a atividade pericial.

2.4. Diversos procedimentos ordenados e encadeados ocorrem ao longo da persecução penal, sendo que a prova pericial se reveste de grande relevância. O princípio do contraditório leva em conta a igualdade de oportunidade entre as partes de apresentar argumentações e provas e de contradizê-las perante um juízo. Como consequência, é premente a necessidade de investimento e capacitação para produção de provas materiais com qualidade e eficiência. Além disso, é necessário garantir a cadeia de custódia, processo usado para manter e documentar a história cronológica das amostras examinadas, e fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade das mesmas.

2.5. Com a missão de atuar em prol da Justiça e dos Direitos Humanos, com a produção de prova material científica isenta e de qualidade e a visão de tornar-se referência mundial na aplicação e no desenvolvimento das Ciências Forenses, faz-se necessária a aquisição de equipamentos para as instalações laboratoriais capazes de atender a essas demandas.

2.6. A realização de exames periciais em estrutura própria da criminalística federal atende aos requisitos e princípios da criminalística, permitindo maior controle de materiais, documentos, amostras, protocolos, exames e tratamento dos resultados, além da rigorosa manutenção da cadeia de custódia. Permite também o desenvolvimento de metodologias e técnicas periciais inovadoras e a realização de pesquisas em ciências forenses, isoladamente ou em parceria com cientistas e instituições nacionais e internacionais.

2.7. Nesse contexto, com a implementação de novos laboratórios, o Instituto Nacional de Criminalística (INC), por meio dos setores SEMOD/DPER/INC/DITEC e SEPMA/DPER/INC/DITEC, será capaz de oferecer serviços especializados em perícia médica e médico-veterinária, com capacidade de empregar técnicas analíticas precisas e exames acreditados, correspondentes às crescentes demandas institucionais, com os seguintes objetivos:

2.7.1. Realizar perícias criminais de competência dos setores SEMOD/DPER/INC/DITEC e SEPMA/DPER/INC/DITEC e áreas correlatas do Instituto Nacional de Criminalística;

2.7.2. Atuar como referência nacional e internacional em perícia médica legal, médico veterinária legal e exames em animais;

2.7.3. Realizar ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

2.7.4. Atuar como centro de difusão de tecnologia e expertise;

2.7.5. Manter banco de dados e material de referência.

2.8. O INC já possui a estrutura física laboratorial que permite a realização de exames em animais, produtos e subprodutos de origem animal, cujas instalações estão localizadas em espaços sob coordenação das unidades SEPMA/DPER/INC/DITEC e SEMOD/DPER/INC/DITEC.

2.9. No ano de 2019 foi realizada uma parceria entre as unidades citadas com vistas ao uso compartilhado de instalações de interesse comum, objeto do processo de adequação da estrutura física no 08201.000708/2019-24.

2.10. A estruturação dos laboratórios, objeto do presente processo de aquisição, também poderá contribuir de forma positiva para os trabalhos desenvolvidos pelo SEPEX/DPER/INC/DITEC. A unidade realiza trabalhos relacionados a DVI (identificação de vítimas de desastres), a exames post mortem e a perícias em local de morte violenta.

2.11. Ainda faltam, entretanto, os equipamentos e materiais necessários ao pleno funcionamento desses laboratórios, conforme será demonstrado a seguir.

2.12. LABORATÓRIO DE ANÁLISE ANIMAL

2.13. O Laboratório de Análise Animal, objeto do presente processo de aquisição, localiza-se na sala F108 e destina-se aos exames de necropsopia forense animal, de patologia forense animal, e de identificação animal, para a identificação de espécie e o diagnóstico da causa, tempo e dinâmica da morte.

2.14. Atualmente, o Laboratório de Análise Animal já conta com materiais básicos para realização de necropsias forenses, como parte do instrumental e mesa de necropsia, entretanto, a aquisição de equipamentos e instrumentos especializados implicará em melhoria da qualidade e maior segurança dos exames.

2.15. A avaliação patológica de animais ou partes de animais para fins judiciais tem vários objetivos. A necropsia forense é um conjunto de procedimentos, organizado e hierarquizado, utilizado para examinar um cadáver na busca de informações que esclareçam as alterações que o levaram à morte.

2.16. O exame permite, dessa forma, determinar a causa da morte; auxiliar no diagnóstico de

doenças; caracterizar lesões ou anormalidades que, sozinhas ou em combinação, são responsáveis pelo início da sequência de perturbações funcionais que levaram à morte; determinar o mecanismo da morte, tido como a mudança estrutural ou funcional que tornou a vida independente não mais possível; determinar a maneira da morte, meio através do qual a causa da morte ocorreu; e identificar o intervalo pós-morte, que é o tempo transcorrido desde o óbito do animal.

2.17. A recuperação de vestígios, a reconstrução e a documentação da sequência de eventos são também objetivos que devem ser considerados em uma avaliação forense desta natureza. Vestígios de crimes podem incluir projéteis de arma de fogo ou seus fragmentos, amostras de tecidos ou órgãos, conteúdo gastrointestinal, insetos com relevância em entomologia forense, resíduos químicos, amostras de pelos ou penas, entre outros.

2.18. Para tanto, é de responsabilidade do Perito Criminal os procedimentos adequados para documentar e associar os vestígios ao animal, assim como a adequada embalagem e conservação das amostras.

2.19. LABORATÓRIO DE IMAGENOLOGIA

2.20. O Laboratório de Imagenologia será localizado nas salas F004a e F051 e atenderá demandas do SEPMA, do SEMOD e do SEPEX.

2.21. Destina-se aos exames de diagnóstico por imagem e necropsia virtual. Necropsias minimamente invasivas, também conhecidas por necropsias virtuais, realizadas por meio de equipamentos de diagnóstico por imagem, estão sendo cada vez mais utilizadas para complementar e até mesmo substituir a necropsia convencional em diversas situações.

2.22. Todos estes benefícios proporcionados pelo Laboratório de Imagenologia atingirão também as perícias realizadas em cadáveres e restos mortais humanos, sob responsabilidade do SEMOD.

2.23. COMPROVAÇÃO DA DEMANDA

2.24. O Laboratório de Análise Animal tem experimentado uma demanda crescente por exames em animais desde o início de suas atividades em 2019, a exemplo dos exames de animais petrolizados no Nordeste (Nº de registro: 2339/2019-DITEC/PF), animais mortos no desastre de Brumadinho (Nº de registro SISCRIM: 322/2020-DITEC/PF) e casos de caça ilegal (Nº de registro SISCRIM: 824/2019-SETEC/SR/PF/MT). Os referidos casos impuseram, e ainda impõe, elevada atividade ao laboratório.

2.25. Casos de perícia envolvendo animais possuem ocorrência recorrente no Sistema Nacional de Criminalística. Em todo o país, foram produzidos 1189 Laudos de Perícia Criminal em Animais nos últimos cinco anos (SISCRIM - Relatório Nacional de Produção - Dados de busca: Período de 01/05/2015 a 05/05/2020 Área de exame: Perícias de Meio Ambiente e Classe do laudo: Laudo de Exame de Animal).

2.26. Os Laboratórios objetos do presente estudo podem atuar na realização destes tipos de exames e no auxílio às Unidades de Criminalística Descentralizadas da PF ou Unidades de Criminalística Estaduais recebendo materiais, orientando, capacitando e padronizando metodologias de exames.

2.27. Os exames realizados no Laboratório de Imagenologia complementarão aos exames de necropsia tradicional realizados no Laboratório de Análise Animal, absorvendo a mesma demanda deste, e contribuindo para a ampliação e melhoria da qualidade do diagnóstico em patologia forense.

2.28. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.29. Com as aquisições propostas, pretende-se o desenvolvimento de metodologias de exame mais eficientes e a proposição de fluxos de atendimentos periciais onde o Instituto Nacional de Criminalística poderá ser demandado, por intermédio do SEPMA, pelas unidades descentralizadas e perícias estaduais, no apoio a exames de maior complexidade e sensibilidade.

2.30. Também espera-se que os equipamentos e materiais sejam utilizados em pesquisas científicas aplicadas à solução de problemas da criminalística e em capacitações, a exemplo do Curso Avançado de Medicina Veterinária Legal, que contará com treinamentos em necropsia, diagnóstico por imagem, zoomorfologia forense e identificação animal ministrados por profissionais do Brasil e do exterior.

2.31. A pretensa aquisição visa, portanto, melhorar a qualidade dos exames realizados no laboratório e proporcionar melhores condições de trabalho e de segurança aos servidores envolvidos.

2.32. Alguns dos objetivos mais específicos da aquisição são, por exemplo, melhorar a limpeza dos materiais sob exame e do ambiente, permitir registros precisos dos materiais, conservar adequadamente os materiais, permitir a coleta adequada de amostras para encaminhamentos a outros laboratórios, realizar a pesagem e caracterização dos vestígios e amostras, identificar adequadamente os materiais e prover segurança aos colaboradores por meio de EPIs.

2.33. O Processo conta, ainda, com itens cancelados por inexistência de proposta ou por valores acima do preço de referência em procedimento de aquisição anterior, realizado pelo processo SEI 08200.006197/2020-06, tais como conjuntos e instrumentos para necropsia confeccionados, em sua maioria, em material inox próprios para esse tipo de trabalho. Estes equipamentos são necessários para a realização dos exames de necropsia em todas as suas fases.

2.34. Scanner 3D odontológico

2.35. O escaneamento intra oral permite a obtenção de modelos tridimensionais odontológicos de forma rápida e eficiente. O uso desse equipamento auxiliará na análise de registros odontológicos em exames periciais de identificação animal e humana, exames de estimativa de idade, caracterização de lesões, traumas e padrões de desgaste dentário.

2.36. O escaneamento odontológico permitirá, ainda, o registro e armazenamento do perfil odontológico para a eventualidade de exames supervenientes, encaminhamento para análise de especialistas de forma remota, bem como formação de um banco de dados de morfologia odontológica que sirva de base para identificação de espécies animais em diversos contextos.

2.37. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES

2.37.1. Item 1 - Aspirador/soprador de pó - capacidade máxima de 1 litro para pó; tensão/alimentação: 220V ou bivolt; alimentação: fonte ou bateria; material: plástico de alta resistência;

potência mínima de 600W, características adicionais: portátil, compacto, bocais.

2.37.2. Item 2 - Balança suspensa tipo relógio - mecânica; capacidade de pesagem: 15 kg; acompanha arco, anel e panela; prato tipo bandeja removível em aço inox.

2.37.3. Item 3 - Lanterna portátil UV. Tipo de lâmpada: 365 nm a 395nm. Potência mínima lâmpada 4W. Alimentação: pilha AA.

2.37.4. Item 4 - Freezer ultra baixa temperatura - com capacidade de 450 l (+/-50 l); vertical; faixa de temperatura: -60 a -86 graus Celsius; resolução de 1 grau Celsius; 4 rodízios com freios; com 04 compartimentos internos, portas independentes, trava porta externa com tranca e chave; em aço com revestimento epoxi ou aço inoxidável na parte externa; câmara interna em aço inoxidável; com controle microprocessador, controles independentes para temperatura e alarmes; com alarmes audiovisuais para queda de energia e oscilação de temperatura, ajustáveis pelo usuário; com registro gráfico de 05 polegadas para 07 dias; bateria com recarregamento automático para alarmes e sistemas; com mostrador tipo digital; sistema de refrigeração em cascata; livre de CFC; alimentação: 220 V - 60 hz; estabilizador de tensão embutido no equipamento; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto; acompanha manual de instruções em português, assistência técnica no Brasil; garantia mínima de 12 meses;

2.37.5. Item 5 - Protetor facial - com suspensão, incolor, com catraca, 8 polegadas. Com proteção UV e testeira de plástico. Certificado de aprovação (CA) expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com prazo de validade contado a partir do ano de entrega.

2.37.6. Item 6 - Desinfetante à base de peróxido de hidrogênio - teor mínimo 4,2%, Solução aquosa concentrada, embalagem com 5 L.

2.37.7. Item 7 - Detergente para uso hospitalar/laboratorial - Detergente líquido concentrado para diluição em água, utilizado na limpeza de instrumentais de aço inoxidável, aço-carbono, polipropileno, nylon, silicone e látex, Mecanismo de ação: decompõe sangue e fluidos corpóreos. Isento de fosfato e silicato. Não corrosivo, atóxico e de enxágue simples. Laudos de irritação ocular e dérmica (o fornecedor deverá apresentar a fórmula de diluição do produto suficiente para 1 litro de solução). Laudos de irritabilidade e corrosão, pH 9, composição: polimerização do óxido de propileno e do óxido de etileno, alcalinizante, diluente, atenuador de espuma, corante, essência e água. Na embalagem deverá constar número do registro no Ministério da Saúde, lote, data de validade e de fabricação do produto. Registrado na ANVISA/ministério da Saúde. OBS: O produto deverá ser acompanhado de certificado de controle de qualidade, do boletim técnico e ficha de informação de segurança de produto químico (FISPQ). EMBALAGEM: Galão 5L. O prazo de validade mínimo deve ser superior a 1 ano.

2.37.8. Item 8 - Caixa para armazenamento de ossos - em poliestireno alto impacto, com tampa, cor branca. Dimensões aproximadas: altura 23 cm; largura 31 cm, comprimento 54 cm (com margem de aproximação de 4 cm).

2.37.9. Item 9 - Tubo para coleta de amostra biológica - feito de plástico, com ETDA, à vácuo, estéril, descartável, e de volume 4 ml.

2.37.10. Item 10 - Tubo para coleta de amostra biológica - feito de plástico, sem aditivo, à vácuo, estéril, descartável, e de volume 10 ml.

2.37.11. Item 11 - Esponja de limpeza - feita de espuma e fibra sintética, no formato retangular, com abrasividade média, com dupla face: parte macia de cor amarela e parte áspera de cor verde escuro. Medidas de comprimento mínimo de 110 mm, largura mínima de 75 mm, espessura mínima de 20 mm.

2.37.12. Item 12 - Embalagem para esterilização - material papel grau cirúrgico, composição com filme polímero multilaminado, gramatura/espessura cerca de 60/m2, apresentação rolo de 100 m, componentes adicionais termosselante, tamanho cerca de 40 cm, componentes com indicador químico, tipo de uso único.

2.37.13. Item 13 - Etiqueta autoadesiva feita de papel alcalino - de cor branca, no formato retangular. Medidas com altura de 25,40 mm, largura 101,60 mm. Uso em impressora de tinta à jato. Caixa ou pacote com 100 folhas. Cada folha com 20 etiquetas.

2.37.14. Item 14 - Lixeira cilíndrica de aço inox - com dimensão aproximada de 29 cm (diâmetro) x 45 cm (altura), com capacidade para 20 litros, com cesto removível, pedal de acionamento na tampa, base antiderrapante.

2.37.15. Item 15 - Afiador de facas - discos diamantados de alta capacidade de afiação e durabilidade, permite afiação em dois sentidos. Duas opções de afiação: desbaste e acabamento. Recuperação do fio com rapidez e precisão. Suporte em abs com detalhes em aço inoxidável resistente. Cabo feito de polipropileno. Base anti-deslizante. Dimensões produto (compr. X larg. X alt.): 198x 52x 66 mm. Discos diamantados. Suporte em abs feito de polipropileno de cor preta.

2.37.16. Item 16 - Faca com lâmina em aço inoxidável - faca profissional de açougueiro - com dimensões mínimas de 30 x 5 x 1 cm. Cabo de polipropileno com proteção antibacteriana na cor branca.

2.37.17. Item 17 - Kit instrumental com 32 itens - contendo: 1 caixa de inox entre (máx. e mín.) 32x16x08 cm a 26x12x06 cm, 1 cabo de bisturi nº 4; 10 lâminas (mínimo) de bisturi para cabo nº4; 1 par de afastador Farabeuf; 1 pinça anatômica dente de rato 18 cm ou 16 cm; 1 pinça anatômica com serrilha 18 cm ou 16 cm; 4 pinças Backhaus 13 cm; 2 pinças Allis 18 cm ou 15 cm; 1 pinça para antisepsia Foester; 2 pinças Halsted mosquito reta 12 cm; 2 pinças Halsted mosquito curva 12 cm; 2 pinças Kelly reta 18 cm ou 16 cm; 2 pinças Kelly curva 18 cm ou 16 cm; 1 pinça Rochester reta 20 cm ou 16 cm; 1 pinça Rochester curva 20 cm ou 16 cm; 2 pinças Kocher reta 20 cm ou 16 cm; 2 pinças Kocher curva 20 cm ou 16 cm; 1 tesoura cirúrgica romba/romba/reta 17 cm ou 15 cm; 1 tesoura cirúrgica fina/fina/reta 17 cm ou 15 cm; 1 tesoura cirúrgica romba/fina/curva 17 cm ou 15 cm; 1 tesoura spencer; 1 porta agulha Mayo Hegar 20 cm ou 16 cm.

2.37.18. Item 18 - Saco plástico para coleta de amostras - Saco feito de polietileno, com sistemas de fechamento com zip lock, hermético, transparente, com tarja. Com medidas 14 X 20 cm, embalagem com 100 unidades.

2.37.19. Item 19 - Agulha descartável (13 X 4,5 - 26G 1/2) com cânula de aço inoxidável - parede fina, siliconizada, bisel trifacetado com protetor de encaixe firme. Estéril em embalagem individual, adequada, segura, compatível com processo de esterilização e que permita abertura e transferência com técnica asséptica,

contendo dados de identificação, procedência, data e tipo de esterilização, prazo de validade, nº do lote. Caixa com 100 unidades.

2.37.20. Item 20 - Saco plástico lixo capacidade 200 L - cor preta, apresentação em peça única, características adicionais: reforçado com cadarço, espessura mínima de 12 micra. Pacote com 100 unidades.

2.37.21. Item 21 - Barbante 8 fios - cor cru, 100 por cento algodão, acabamento superficial, rolo com 250 gramas.

2.37.22. Item 22 - Tricotomizador de uso animal - para remoção de pelos na preparação do paciente para cirurgia, com eixo móvel para segurança do paciente. Operado com ou sem cabo elétrico (as duas funções); deve realizar a tonsura de todos os tipos de pelo (finos ou espessos, secos ou molhados) do corpo e da cabeça; conjunto da lâmina do tricotomizador fixo (não giratório); de fácil montagem e remoção; confeccionado com transmissão em aço para maior confiabilidade; acompanha lâmina com ajuste de altura; autonomia para operar no mínimo 45 minutos após a recarga contínua de 12 horas; bateria de NIMH que carrega continuamente quando usado com cabo elétrico; LED sinalizador de bateria carregando. Alimentação 220V ou bivolt. Potência mínima de motor de 5000 rpm. Contendo: óleo lubrificante, escova de limpeza, lâmina. Bivolt automático.

2.37.23. Item 23 - Compressa de gaze - de 13 fios confeccionada em gaze hidrofílica de 100% algodão de tecido plano, não-estéril, com 8 camadas e 5 dobras, de cor branca, uso único. Com medidas de 7,5 cm x 7,5 cm ou 10 cm x 10 cm. Pacote contendo 500 unidades.

2.37.24. Item 24 - Porta-agulha instrumental, modelo: mayo hegar, tipo ponta: ponta reta, característica ponta: c, vîdea, haste: haste reta, adicional 1: com trava, comprimento total: cerca de 20 cm, material: aço inoxidável, esterilidade: esterilizável.

2.37.25. Item 25 - Machadinha de aço inox - com cabo em aço revestido de borracha, medidas aproximadas comprimento total 33cm, comprimento da lâmina 7,5 cm.

2.37.26. Item 26 - Concha em aço inox, pequena, aproximadamente 50 ml.

2.37.27. Item 27 - Contraste iodado para TC - Solução de contraste não iônico de iodo na concentração mínima de 300 mg de iodo por ml, frasco de 100 ml, solução injetável de uso radiológico, com dispositivo para ser pendurado, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total. Referência: GUERBET ou equivalente ou de melhor qualidade

2.37.28. Item 28 - Contraste de bário para TC - Contraste radiológico, composição à base de sulfato de bário, concentração 100%, forma farmacêutica suspensão oral, frasco com 150 ml, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

2.37.29. Item 29 - Sonda uretral n. 4 - Sonda Uretral Lubrificada, confeccionada em silicone, calibre nº 04, medindo 40 cm, pronto para o uso, estéril e descartável, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

2.37.30. Item 30 - Sonda uretral n. 6 - Sonda Uretral Lubrificada, confeccionada em silicone, calibre nº 06, medindo 40 cm, pronto para o uso, estéril e descartável, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

2.37.31. Item 31 - Sonda uretral n. 10 - Sonda Uretral Lubrificada, confeccionada em silicone, calibre nº 10, medindo 40 cm, pronto para o uso, estéril e descartável, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

2.37.32. Item 32 - Sonda uretral n. 14 - Sonda Uretral Lubrificada, confeccionada em silicone, calibre nº 14, medindo 40 cm, pronto para o uso, estéril e descartável, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

2.37.33. Item 33 - Polietilenoglicol (macrogol), aspecto físico: líquido límpido incolor a amarelado, viscoso, peso molecular: em torno de 300 g, mol, fórmula química: h(och₂ch₂)noh, número de referência química: cas 25322-68-3. Apresentação: embalagem com 1 L.

2.37.34. Item 34 - Scanner intra oral para escaneamento de dentes e tecidos moles de arcadas dentárias - resolução: 1.3 megapixel; precisão: 15µm; alcance de escaneamento: 100 a 75mm; princípio de escaneamento: luz estruturada; dimensão: 260mm - 420mm; formato de saída: stl ou obj; energia: ac 24v. Inclui manual de serviço, e garantia de 36 (trinta e seis) meses a partir da data da aceitação definitiva. Não será aceito equipamento com tecnologia inferior ao ano de 2010. A empresa deverá fornecer, sem ônus, treinamento de operação e de manutenção a servidores indicados pela unidade demandante. O treinamento deverá abranger todas as funcionalidades do equipamento, exercícios práticos de uso e manutenção e será realizado no local de entrega do equipamento.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens relacionados é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística – INC, SAIS Quadra 07 Lote 23 Brasília – DF, CEP 70610-200, em local a ser indicado, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h00min horas.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. O recebimento definitivo só será efetivado com a instalação e a conclusão do treinamento de operação e de manutenção, para os itens que estejam previstos.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 40 (quarenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e/ou inglês e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.7. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante. Não são permitidos equipamentos que estejam em fase de protótipo ou pré-produção, nem equipamentos confeccionados especificamente para esta licitação;

6.1.8. No ato da entrega, caso o(s) equipamento(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ão) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

6.1.9. Considerar como de sua responsabilidade todas as despesas, como frete, seguro e outras, inerentes ao deslocamento dos equipamentos até o endereço de entrega, bem como as despesas relacionadas à instalação e treinamento.

6.1.10. Todos os equipamentos e produtos passíveis de Registro na ANVISA devem estar devidamente registrados.

6.1.11. Deverá adotar, no que couber, as disposições da IN nº 01/2010 - SLTI/MPOG, da Resolução nº 362/2005 - CONAMA e da Resolução nº 340/2003 - CONAMA, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos;

6.1.12. Realizar a separação de resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços, em parceria com a Contratante, observado os dispositivos legais e de acordo com o Decreto no 5.940/06 e In/MARE no

6/1995;

6.1.13. Cumprir as Normas Brasileiras NBR públicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Por tratar-se de compra de equipamentos e materiais, conforme item 1.1 deste Termo de Referência, não há necessidade de garantia de execução, visto que o objeto será cumprido no momento da entrega dos equipamentos.

13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1. Para os itens que possuem prazo de garantia mínimo discriminados nas especificações do objeto, o prazo descrito é contado a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, para reposição de peças, mão-de-obra e atendimento no local (on-site), válida para todo o conjunto ofertado, e deverão ainda ser atendidas as condições estabelecidas nas respectivas especificações.

13.2. O prazo de garantia contratual dos demais bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

13.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.7. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

13.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

13.9. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; Após o 30º (trigésimo) dia a multa moratória será de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ **158.895,19** (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos).

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1. As despesas para atender a esta operação estão programadas em dotação própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200406

Fonte: 0174020227

Programa de Trabalho: 06181501627260001

Elemento de Despesa: 449052

Elemento de Despesa: 339030

Plano Interno: 2020 PF9990APA20

Município de, dede

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Ciente e de acordo,
Em ____/____/____.

MARCO ANTÔNIO GARRIDO DE OLIVEIRA
PERITO CRIMINAL FEDERAL
Chefe do SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF

DESPACHO

1. Concordo com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com o Inciso II, Art. 14º, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
2. Aprovo este Termo de Referência tendo em vista o mesmo atender ao Disposto na Legislação da modalidade de licitação Pregão Eletrônico.
3. Autorizo a abertura de licitação do tipo Pregão Eletrônico.

NIVALDO PONCIO
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Dezembro/2019



Documento assinado eletronicamente por **KELLEN REJANE GOMES MONTEIRO, Médico(a) Veterinário(a)**, em 07/12/2021, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO GARRIDO DE OLIVEIRA, Perito(a) Criminal Federal**, em 08/12/2021, às 06:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERVIO TULIO JACINTO REIS, Perito(a) Criminal Federal**, em 08/12/2021, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Diretor(a)**, em 08/12/2021, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21331297** e o código CRC **1CA75586**.

Referência: Processo nº 08200.022704/2021-21

SEI nº 21331297